



ACÓRDÃO Nº11/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº10561/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Santo Antônio do Içá
- 4- **Exercício:** 2021.
- 5- **Responsável:** Guilherme Fernando Lasmar Ferreira (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7433/2022-DIMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Santo Antônio do Içá. Exercício de 2021.

*Regularidade com ressalvas. Multa.
Recomendação. Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Santo Antônio do Içá, referente ao exercício de 2021, sob responsabilidade do **Sr. Guilherme Fernando Lasmar Ferreira**, Presidente daquela Casa e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 22, II, c/c o art. 24, ambos da Lei n.º 2.423/96TCE/AM;

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Guilherme Fernando Lasmar Ferreira**, Presidente da Câmara Municipal de Santo Antônio do Içá e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 13.654,39 (treze mil, seiscientos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos)**, correspondente à 20%, nos termos do art. 54, VII, da Lei n.º 2.423/96-TCE/AM, alterado pela Lei Complementar nº 204/2020-TCE/AM, c/c o art. 308, VII, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterada pela Resolução nº 04/2018–TCE/AM, pelas falhas indicadas nos itens 13.2, 13.3, 13.4, 13.5, 16, 17.1, 18.1 e 18.2, da fundamentação deste Voto, e **fixar prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da Multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso



ACÓRDÃO Nº11/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Recomendar à Câmara Municipal de Santo Antônio do Içá, que:

10.3.1. tome as providências cabíveis no sentido de adequar os banheiros às Normas de Acessibilidade, visando assegurar o movimento de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; (item 13.1)

10.3.2. nas próximas contratações emita as devidas ART's de execução e de fiscalização da obra ou serviço de engenharia, em cumprimento à legislação vigente; (itens 13.2; 13.3)

10.3.3. nas próximas contratações junte aos autos do processo administrativo o Diário de Obras; (item 13.4)

10.3.4. nas próximas contratações faça a designação do fiscal da obra; (item 13.5)

10.3.5. busque tornar o controle interno o mais eficiente possível, tomando as medidas cabíveis ao aprimoramento do conhecimento dos servidores do seu quadro; (item 15.1)

10.3.6. aprimore o Controle Interno do Poder Legislativo de Santo Antônio do Içá, nos termos da Resolução nº 09/2016. (item 19)



ACÓRDÃO Nº11/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 10.4. Determinar** à próxima Comissão de Inspeção, que verifique se houve a baixa com a quitação do valor correspondente, constante no item 14, da fundamentação deste Voto, com vistas a equilibrar e controlar as contas públicas da Câmara Municipal de Santo Antônio do Içá, sob pena de aplicações de sanções ao responsável, no caso de permanência.

11- Ata: 1ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 31 de Janeiro de 2023

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente– não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA

Procuradora-Geral